

14º Seminário Nacional Sociologia & Política
Saberes em Confluência
GT 03 - Trabalho e Ação Coletiva no Século XXI

Mercantilização da Educação Paulista: Avanços da Privatização e da Precarização por meio do Uso de Plataformas

Júlia Pereira da Silva¹

INTRODUÇÃO

O processo de plataformização que temos observado na educação, não é uma exclusividade da área, de fato, tem-se visto um amplo avanço das plataformas em diferentes setores privados onde a tecnologia tem servido como meio de aumentar a extração de lucros, através do controle do trabalho e da captação de dados, sendo chamado de capitalismo de plataforma ou mesmo de capitalismo industrial de plataforma, ao destacar-se que a tecnologia é uma nova roupagem da organização do trabalho com uma lógica industrial radicalizada (CAVAZZANI; SANTOS; LOPES, 2024).

Porém o que nos interessa nesse trabalho é como esse processo tem adentrado agressivamente em setores públicos, com destaque no caso da educação, aqui estudado, e não de forma neutra ou técnica, mas carregando consigo uma organização empresarial em que, para gerar lucros, o direito social precisa se tornar uma mercadoria. A partir daí é possível observar um movimento onde a educação pública, passa por etapas de privatização parcial e disfarçada, o que irá, conseqüentemente, gerar processos de precarização do trabalho docente (FREITAS, 2014).

¹ Doutoranda em Sociologia pela UFPR. Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Graduada em licenciatura e bacharelado em História pela UNESP-Franca. Professora de história da rede estadual de São Paulo e Conselheira Estadual da APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Bolsista CAPES. E-mail: julia_ps11@hotmail.com.

Dessa forma, a plataformização não inaugura um sistema novo, mas atualiza e intensifica processos de expansão e extração de lucros, inclusive, nas áreas públicas, afinal, parte-se do princípio de que as tecnologias não são neutras, mas se desenvolvem a partir de uma realidade objetiva e respondem a demandas dessa realidade. As plataformas da educação, advindas em sua grande maioria de empresas e, algumas delas, pensadas para empresas (BI – Business Intelligence) respondem a um contexto de queda da taxa de lucro do capital, onde a educação serve como ferramenta para se aumentar a produtividade e competitividade da classe trabalhadora em sua formação (FREITAS, 2014).

Nesse viés, a plataformização revitaliza um modelo pedagógico com foco na formação para o trabalho de forma rígida e eficiente, o tecnicismo, que, agora, restaurado pelas novas tecnologias, será o neotecnicismo (FREITAS, 2014). Esse modelo pedagógico coloca o estudante como força de trabalho acrítica e com um único potencial de produzir mais e o professor como um mero técnico operacional de currículos e diretrizes vindas de cima e, agora, mediadas por plataformas. Dessa forma, a escola pública se reorganiza para responder às demandas do capital e as plataformas serão um instrumento eficiente para isso.

Essa tendência global de plataformização como instrumento de maior extração de mais-valia aplicada à escola pública intensifica um movimento antigo de mercantilização da educação que responde a um projeto maior que atinge esferas políticas e econômicas (NORMANHA; ARONI, 2025; MARTINS; PINA, 2020), chamaremos esse projeto aqui de projeto político-ideológico neoliberal. Este, por sua vez, é orientado por agentes nacionais e internacionais que tem como objetivos diretos processos de privatização parcial, que visam uma privatização total, e de precarização do trabalho do professorado. O sucateamento da qualidade da educação pública será uma consequência desse processo em que o direito social se torna cada vez mais uma mercadoria.

Esse processo, por vezes, se dá de forma mais ou menos explícita, mediada por agentes governamentais e empresariais e com discursos que omitem e invertem o real mais do que o esclarecem, assim, esse trabalho busca tentar compreender melhor esses processos e evidenciá-los como um projeto unitário neoliberal. Visando uma melhor exposição dessa proposta, nossa investigação se dividirá em eixos, componentes desse projeto neoliberal acelerado pelas plataformas, tendo como recorte a rede estadual de São Paulo: a discussão sobre plataformização e privatização, a precarização do trabalho docente intensificada a partir da pandemia de COVID-19 em 2020, a apresentação de um projeto político-ideológico

neoliberal para a educação e, por fim, as considerações finais. Para isso, será feito uso de análise bibliográfica e documental sobre o tema.

EDUCAÇÃO MERCANTILIZADA: PLATAFORMAS COMO MEIOS DE PRIVATIZAÇÃO

Pereira e Dias (2025) comentam como o avanço intenso das plataformas em diversificadas áreas demandou uma nova flexão do termo que logo ficou corrente: “plataformização”. Hoje, esse processo, mais do que presente, atua como definidor do papel da escola pública, tornando-se uma urgência compreendê-lo melhor.

Assim é necessário pontuar de onde elas surgem, as plataformas da educação advêm de empresas privadas, em sua maioria, o que coíbe o discurso de neutralidade da tecnologia, ao contrário, essas ferramentas irão reproduzir no âmbito da educação pública lógicas empresariais de controle e vigilância (GARBIN; RIBEIRO; CIPOLI, 2025).

Com seu uso sendo justificado por um elogio exagerado de suas capacidades, as plataformas compradas pela Secretaria da Educação geram lucros às empresas não só pelos altos valores de suas compras, mas também, e principalmente, pelo uso inadequado de dados que elas fazem dos seus usuários. E sendo a educação uma extensa área de dados, ela se torna um cliente visado por essas empresas. Como o CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil coloca:

A estratégia de captura de dados, invariavelmente, apoia-se na oferta gratuita, uma vez que o lucro não advém da venda do serviço, mas sim do monopólio dos dados. Nesse sentido, a educação é um setor extremamente “povoado” da sociedade, ou seja, abarca uma quantidade de pessoas bastante significativa, tornando-se um campo de disputas também pelas plataformas. (2022, p. 8).

Denúncias de uso indevido de dados por aplicativos e plataformas educacionais do estado de São Paulo são feitas desde o CMSP-Centro de Mídias de São Paulo em 2020, aplicativo que centralizou a oferta de aulas remotas no estado durante a pandemia. Nesse período, foi apontado vazamento de dados pelo aplicativo e sua origem com relações nebulosas com grupos de extrema-direita. É importante destacar que a secretaria de educação de São Paulo não pagou valor algum pelo uso do aplicativo na sua imensa rede.² Essas

² “Escola com partido. Aulas online obrigam milhões de alunos a usar app de empresa obscura que criou TV Bolsonaro”: <https://www.intercept.com.br/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/>

denúncias nunca foram respondidas pela Secretaria da Educação e até o hoje o CMSP é usado como uma das principais plataformas do estado.

O uso de tecnologias na educação trouxe à tona, no caso de São Paulo, as relações duvidosas do atual secretário da educação, Renato Feder, com empresas fornecedoras. Quando indicado para o cargo, Feder era sócio da empresa de tecnologia Multilaser, hoje Multi, a mesma empresa que teria contratos milionários com a secretaria de educação paulista pela oferta de notebooks logo depois. Sobre o caso, Feder respondeu que já estava afastado do cargo de CEO da Multilaser e que investigaria a situação de forma “republicana”: “Vou criar um comitê para acompanhar esses contratos, para garantir que seja independente, mas qualquer empresa vai ser tratada no método republicano, com deveres e direitos” (ADUSP, 2023, não paginado)³.

Feder também é um entusiasta da privatização da educação, expressando essa ideia em mais de um livro: “Carregando o elefante – como transformar o Brasil no país mais rico do mundo” (2007) de autoria de Feder e Ostrowiecki e “Educação para o futuro. O passo a passo para construir uma gestão educacional focada em resultados” (2023) de autoria apenas de Feder. Nos atentaremos apenas a este último, a partir da resenha de Silva (2024).

Já de início, Silva destaca um aspecto curioso do livro:

Lançado em junho de 2023, para falar sobre sua experiência à frente de outra secretaria, a SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná – o livro tem prefácio de Cláudia Costin, Diretora Sênior para Educação no Banco Mundial de julho de 2014 a junho de 2016 – e isso já diz muito sobre o que e quem pensa a educação no Brasil hoje. (SILVA, 2024).

Esse ponto é representativo neste trabalho, já que a escolha de trazer o livro de Feder à discussão se dá não em um prisma personalista, onde Renato Feder, enquanto secretário da educação teria um papel determinante naquela gestão, mas sim, em uma proposta de trazê-lo como representante de certas esferas privadas com interesses empresariais no setor público e que cumprir esses interesses ou não é o que determina sua estada na secretaria e não o contrário. Não por acaso, Renato Feder vem do setor privado e menos por acaso ainda, seu livro carrega esse prefácio emblemático, é o endosso desse projeto político-ideológico neoliberal pelas elites nacionais e, também, internacionais.

³“Secretário da Educação é ex-diretor e acionista de empresa que tem contratos com o Estado; em livro, Renato Feder já defendeu privatização total dos serviços públicos”: <https://adusp.org.br/conjuntura-politica/secretario-da-educacao-e-ex-diretor-e-acionista-de-empresa-que-tem-contratos-com-o-estado-em-livro-renato-feder-ja-defendeu-privatizacao-total-dos-servicos-publicos/>

Voltando ao livro “Educação para o futuro. O passo a passo para construir uma gestão educacional focada em resultados” (2023), nele, o atual secretário da educação já trazia a lógica que seria aplicada em sua gestão na secretaria de educação. Nesse livro, resenhado por Silva (2024), Feder faz elogios ao uso de tecnologias, com destaque para a implantação do BI - Business Intelligence, plataforma oriunda do meio empresarial, que centraliza, datifica e hankeia resultados de escolas e diretorias de ensino e que tem sido ferramenta forte no controle pedagógico e nas avaliações de desempenho dos trabalhadores da educação.

O secretário também identifica a “aula chata” como uma das principais inimigas da educação, assim, para combatê-la, seria necessário formação para os professores que exerceriam simples tutorias, observação das aulas pela gestão e, claro, o uso de tecnologias para diversificar as aulas. Outro elogio que Feder tece é direcionado à Reforma do Ensino Médio e a mudança curricular que ela trouxe (SILVA, 2024). Implementado em 2017, o Novo Ensino Médio tem sido amplamente confirmado tanto por meio de pesquisas e estudos (CAVAZZANI; SANTOS; LOPES, 2024; GARBIN; RIBEIRO; CIPOLI, 2025; MARTINS; PINA, 2020; NORMANHA; ARONI, 2025), quanto por meio de comprovação empírica da própria rejeição deste pela comunidade escolar⁴, um retrocesso para a qualidade da educação pública.

Ainda que envolta de questões problemáticas, muitas vezes não respondidas, as plataformas avançaram no estado de São Paulo rapidamente, num primeiro momento durante a pandemia na gestão Dória/Rossieli (2019-2022) e depois houve, não só a continuidade desse processo, como sua intensificação no governo Tarcísio/Feder (2023-atualmente). Ainda que seja notável a dificuldade de precisar com exatidão o número de plataformas usadas no estado, em razão da falta de transparência no acesso a essas ferramentas, algumas restritas às equipes gestoras, somada à contratação contínua de novas plataformas, dados acumulados a partir de revisão de literatura sobre o tema mostram que, desde março de 2024, segundo Dias *et al* (2024), o número de plataformas usadas na rede estadual de São Paulo eram de 12, já em junho de 2025, a Nota Técnica divulgada pela Gepud e REPU (2025), elencou o uso de ao menos 30 plataformas. Em pouco mais de um ano o número de plataformas mais que dobrou.

Ao expor esse cenário do que tem sido a plataformização na educação paulista e as formas como ela possibilita o aumento e extensão dos lucros das empresas e dos agentes

⁴“Novo Ensino Médio não agrada maioria dos estudantes e professores”: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-12/novo-ensino-medio-nao-agrada-estudantes-professores-e-gestores>

públicos ligados a elas, apontamos para as considerações de Pereira e Dias (2025) e Freitas (2014) de que não existe uma “meia-privatização”, a privatização ou terceirização de qualquer setor da educação inicia um caminho que leva à privatização total, ou seja, à voucherização da educação, como Freitas (2014) entende. Em outras palavras:

A questão é que não existe ‘meia privatização’. Não existe ‘quase’ mercado. Uma vez iniciado o processo, coloca-se a escola a caminho da privatização plena da educação, ou seja, sua inserção no livre mercado, como uma organização empresarial, sem contar que a transferência para as organizações sociais (ONGs) insere de imediato as escolas em formas de controle político e ideológico ditadas pelas mantenedoras privadas (ou confessionais) dessas cadeias, retirando as escolas do âmbito do controle público. (FREITAS, 2018, p.50-51).

Com isso, ao analisar a origem e a performance das plataformas na educação, nota-se como ela é mais uma forma de privatizar – disfarçada sob o discurso fetichista da tecnologia – a área pedagógica da escolas: os recursos públicos vão para entes privados, o controle e autonomia das decisões daquele setor são enfraquecidos e repassados para agente externos, a lógica e o tipo de educação proposta e reproduzida por essas plataformas é empresarial e neoliberal, atuando em pleno vigor na escola pública.

Dessa forma, aponta-se como o processo de plataformização é uma etapa de aprofundamento e intensificação da mercantilização da educação pública ao privatizar indiretamente o setor pedagógico da escola por meios dessas ferramentas tecnológicas. Será analisado, a seguir, de que forma isso impacta o trabalho docente.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

No neoliberalismo há uma mudança na concepção de como o Estado deve agir com relação à educação. O que antes era tido como direito social, agora é colocado como mercadoria e, por isso, deve ser pouco custoso, eficiente e, se possível, rentável. É introduzida a lógica empresarial nesse setor e aos poucos o próprio processo de privatização (MARTINS; PINA, 2020).

Ao estudar escritos sobre a educação produzidos por instituições como o Banco Mundial, Fundação Lemann e Fundação Itaú Social, Martins e Pina mostram como a educação no Brasil foi orientada para responder às demandas de lucro das diferentes frações da burguesia que estão financeirizadas:

Em síntese, o projeto de mercantilização da educação integra um projeto de poder da classe empresarial e seus fundamentos atendem as demandas de diferentes frações desta classe no curto e médio prazo, pois, em suma: (a) os rentistas desejam maiores taxas de remunerações para os serviços da dívida pública para ampliar seus ganhos imediatos; (b) os industriais reivindicam liberação de linhas de créditos públicos mais generosas em termos da taxa de juros e de pagamento para impulsionar a produção; (c) por sua vez, a burguesia de serviços quer ampliar as atividades comerciais de educação, saúde, previdência etc. com apoio dos fundos de private equity, o que significa a associação com o capital financeiro. O fato é que todas as frações burguesas se financeirizaram, nesse sentido, as possíveis tensões entre elas se limitam ao curto prazo porque há o comprometimento coletivo de subordinação à dinâmica da finança mundializada, nos termos revelados em Chesnais (2005). (MARTINS; PINA, 2020, p. 9).⁵

Assim a educação, na medida em que não se privatiza diretamente, vai sendo privatizada em partes, seja pelo desvio de sua verba pública para empresas de consultoria, de plataformas e de produção de livros didáticos, seja pela imposição de uma lógica empresarial de vigilância e controle para a redução de custos e cumprimento de metas (NORMANHA; ARONI, 2025).

A plataformação tem sido um instrumento de sucesso para esses fins. Advinda de setores privados, é formulada, assim como as técnicas universais para educar⁶ e os planos de ensino que uniformizam a educação, por “especialistas”, sem discussão com os professores e impostas a estes. Rejeita-se qualquer autonomia e liberdade pedagógica do docente e, como recurso ideológico, contrapõe-se essa liberdade e autonomia ao direito de aprender e mesmo aos próprios interesses dos alunos (MARTINS; PINA, 2020). O professor agora é um mero executor de planos de ensino e plataformas prontas vindas de cima:

Se não bastasse a defesa da apropriação das “técnicas universais” que subordinam o planejamento dos professores a uma perspectiva conservadora de formação, os organismos empresariais ainda defendem que o professor não deveria sequer planejar suas aulas e sim executar o plano de ensino formulado por “especialistas” – a exemplo das organizações empresariais que vendem suas mercadorias (sistemas estruturados de ensino) a redes públicas de educação. (MARTINS; PINA, 2020, p. 15).

⁵ Sobre como esse processo de financeirização tem dominado a esfera dos direitos sociais, Catini (2024) escreve: “Ao considerarmos os avanços do longo processo de privatização e a expansão tentacular do domínio empresarial em todos os setores da organização da educação estatal, é preciso que cada alteração seja analisada criticamente em sua conexão com uma totalidade de relações educativas. O conjunto das transformações modificam a educação em seus aspectos políticos, sociais e econômicos, de modo que o desenho de currículos, legislações e reformas empresariais da educação estão absolutamente ligados ao processo econômico de privatização levado à cabo pelas antigas parcerias e pelos novos projetos de impacto social empresariais, que culminam na financeirização da educação estatal.” (2024, não paginado).

⁶ As técnicas universais citadas se referem às técnicas difundidas amplamente na rede estadual paulista nos cursos de formação dos professores oriundas do livro traduzido pela Fundação Lemann: “Aula Nota 10 – 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência” (2011) do estadunidense Doug Lemov que elenca 49 métodos de ensino que prometem melhor a eficiência em sala de aula.

Esse processo de plataformação, sedimentado no fetiche de que as novas tecnologias resolveriam problemas estruturais da educação, além de acarretar a retirada de autonomia do professor e no estímulo de um ensino tecnicista, gera uma cobrança constante pelo alcance de metas, seja no “fazer a plataforma”, seja nas notas de avaliações externas que reproduzem o mesmo conteúdo dessas plataformas. Cobranças que fazem uso de punições que alcançam desde os docentes até os diretores escolares, estes, se não cumprirem a meta de preenchimento de plataformas, serão remanejados para outra unidade escolar (NORMANHA; ARONI, 2025).

Consequentemente, há a intensificação de um controle e vigilância sobre os professores e, simultaneamente, não só um incentivo à vigilância por parte dos gestores escolares, mas mesmo sua formação para isso:

Em vídeo publicado pela Fundação Lemann, o intelectual [Carnoy, 2010] defende o controle da atividade docente do modo como ocorre na atividade fabril. Na maioria das vezes, tais iniciativas são apresentadas como “apoio pedagógico”, a exemplo do que ocorre com a chamada “tutoria pedagógica”. (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, [201-]). Inspirada na contrarreforma educacional novaiorquina, essa proposição apresenta o “tutor” como uma espécie de “ajudante” dos professores que “visita” as salas de aula para fazer algo “junto com” os docentes. Segundo a própria Fundação Itaú Social, essa forma de apresentar a iniciativa é importante no processo de convencimento na medida em que “Este fazer junto tira o tom de ‘supervisão’, ‘observador externo’, ao qual muitos professores resistem” (GALL; GUEDES, 2012, p. 50). Assim, indica que a estratégia passa pela conquista da confiança dos professores, de modo que os “tutores” sejam vistos como “parceiros”. [...] Reforçando a mesma perspectiva pedagógica, a Fundação Lemann vem desenvolvendo cursos não apenas para estimular os “gestores” a controlar a sala de aula, mas, também, para formar professores com base em supostas técnicas didáticas universais. (MARTINS; PINA, 2020, p. 14).

No estado de São Paulo temos o “Apoio Presencial”, uma plataforma onde gestores computam avaliações sobre aulas assistidas do corpo docente. Um espaço que poderia reforçar relações de confiança e ampliar técnicas de formação mais críticas, é usado para vigiar o uso de plataformas pelos professores, o que contabiliza a nota da escola no ranking estadual⁷. Assim, o professor não só não deve mais preparar sua aula, pois a plataforma já o faz e, no discurso fetichista da tecnologia, sempre de forma superior, como não pode, pois o

⁷ Segunda a Nota Técnica do Gepud e REPU (2025, p. 14), os indicadores exibidos no painel “Super BI” para a equipe gestora e que compõem a nota das escolas que, por sua vez, serve para a avaliação de desempenho dos gestores, são o “Aluno Presente”, “Professor Presente”, “Plataformas”, “Apoio Presencial”, “Formação” e “Saresp”.

ambiente pedagógico já está mergulhado na métrica quantificada de ações que só contam se implicam na subida de notas de avaliação das escolas.

Um ambiente como esse gera o desgaste completo das relações de confiança, já que a responsabilização verticalizada se institui (FREITAS, 2014), e a pressão torna-se tão grande e centrada em cumprir as metas e demandas das plataformas que burlas e fraudes se tornam comuns e rotineiras – mais do que isso, necessárias e constitutivas dessa nova organização escolar guiada por resultados - como vazamento de respostas de avaliações externas⁸ ou pagamento entre alunos para serem feitas as tarefas das plataformas⁹.

Dessa forma, o que percebemos é que a plataformização tem um caráter contraditório, ao mesmo tempo que institui um discurso do novo, do tecnológico e do inovador, repõe e reforça práticas e organizações fabris e autoritárias no ambiente escolar. Gestores cobrados pela Secretaria da Educação com ações punitivistas, reutilizam esse mesmo discurso e ações com professores, numa responsabilização verticalizada e punitivista, onde a única meta e preocupação é a criação de dados e preenchimento de plataformas.

Freitas (2014) coloca que a pedagogia que tem sido empreendida pelos “reformadores empresariais da educação” é a neotecnicista, esta seria um retorno da pedagogia tecnicista de metade do século passado que visava a formação técnica e pragmática da escola para o trabalho mais eficiente e produtivo. A metodologia usada seria universal e padronizada fazendo com que o professor apenas mediasse protocolos e apostilas prontas. Agora, com a inserção das plataformas, esse papel de “apêndice da máquina” (FREITAS, 2014, p. 1093) do professor é atualizado, ele se torna um mero operador de plataformas, o que, em tese, lhe facilitaria o trabalho e daria tempo livre para desenvolver melhor ações pedagógicas, na prática, atua para limitar seu papel e retirar sua autonomia. Nesse papel de mediador, até mesmo as formações pedagógicas são reduzidas a treinamentos para operar melhor as plataformas.

A partir dessa exposição, observamos nas condições de trabalho docente, ao contrário do discurso da Secretaria da Educação, o aumento do trabalho e a intensificação do seu ritmo (MALDONADO; JACOMINI, 2025), já que as tecnologias estendem o tempo de trabalho

⁸ “Imagens do Provão Paulista vazam nas redes sociais pelo segundo ano”: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/11/imagens-do-provao-paulista-vazam-nas-redes-sociais-pelo-segundo-ano.shtml>

⁹ “Alunos hackeiam plataformas de ensino do governo de SP para cumprir tarefas em segundos”: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/09/alunos-hackeiam-plataformas-de-ensino-do-governo-de-sp-para-cumprir-tarefas-em-segundos.shtml>

para fora do horário delimitado, além de aumentar o número de demandas antes cobradas. A perda de autonomia e humanização do processo pedagógico, agora automatizado e controlado por indicadores de qualidade externos, reproduzindo modelos organizacionais privados. A redução da qualidade e criticidade da escola e de sua função social, refuncionalizada para, por meio do neotecnicismo, responder às demandas do capital e aumentar a produtividade do estudante futuro trabalhador acrítico. E, por fim, esse cenário causa o adoecimento massivo e intenso do professorado¹⁰ que vê seu papel como formador humano ser esvaziado em prol de interesses privados, além de experienciar a precarização das suas condições de trabalho, pois, como afirma Freitas:

Onde os reformadores controlam a educação, o regime de contratação de professores sofre modificação radical, já que a proposta destes não consegue se concretizar totalmente sem que se elimine a estabilidade no emprego dos professores, pois com estabilidade ele não pode ser demitido como prevê a “eficácia empresarial”. Para tal é necessário que a escola pública seja privatizada ou passe a contratar por regimes que permitam a demissão sumária do professor considerado “ineficaz”. (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010) Por esta mesma via, chega-se também ao fechamento de escolas consideradas “ineficientes” e sua substituição por concessões à iniciativa privada via organizações sociais. (CENTRO DE DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2014). (2014, p. 1103).

PARTES DE UM TODO: UM PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NEOLIBERAL

O recorte da plataformização da rede paulista demonstra uma tendência global de plataformização em diversos setores privados e públicos que intentam aumentar as taxas de lucros e reduzir custos. A plataformização da educação apresenta suas questões específicas, mas também responde a uma demanda global de entrada do capital privado nos fundos públicos, seja pelo desvio desse fundo para empresas de plataformas e serviços, seja pela geração de um enorme montante de dados que serão comercializados por essas empresas. Como aponta Dias *et al*:

A plataformização da educação paulista busca, antes de tudo, padronizar o ensino, criar instrumentos de controle de estudantes, professores e gestores, gerar dados que podem ser negociados e vendidos por milhões, privatizar a educação por meio da compra de plataformas e gerar lucro às empresas. (2014, p. 21).

¹⁰ “O terror impera’ Pressão em escolas no governo Tarcísio leva dois professores e um diretor à morte; aluna de 14 anos tenta suicídio duas vezes”: <https://www.intercept.com.br/2025/12/08/pressao-escolas-governo-tarcisio/>

Por isso, destacamos, como o processo de plataformação da educação não pode ser retirado de seu contexto maior econômico e global, a risco de se acreditar que é um momento completamente inédito e sem lastro com relações sociais anteriores. Em nossa avaliação, as plataformas reforçam processos de privatização da escola pública, de precarização do trabalho docente e de mercantilização da educação, por serem um instrumental de interesses privados neoliberais.

Para além desse fator econômico, há a outra função das plataformas de reorganizarem a escola pública a partir da lógica neoliberal de produção: quantificação de resultados, geração de evidências, responsabilização verticalizada e mesmo de punitivismo. Essa reorganização se dá a partir de um currículo acrítico e delimitado e de uma prática controlada, onde não há espaço para flexibilizações de metodologias e criações didáticas, um caminho já aberto em 2017 pela Reforma do Ensino Médio e aprofundado pelos novos elementos tecnológicos que estudamos aqui.

O conjunto de elementos desse contexto formam o que chamamos de projeto político-ideológico neoliberal advogado e articulado pela classe empresarial com interesses na educação pública. Esse projeto constitui uma educação técnica e autoritária, onde as tecnologias, ao contrário de complementarem a ação docente, mandam e desmandam despoticamente, velando interesses privados. No discurso empresarial, o atingimento de suas metas é universal e inquestionável como padrão de qualidade, e não as cumprir é não cumprir com o direito de aprendizagem do aluno, dessa forma, qualquer tipo de ação punitivista é válida para os professores e gestores que não atinjam os números estipulados.

Maldonado e Jacomini (2025, p. 15) comentam como o excesso de burocratização que as plataformas criam ao buscar a geração de dados, evidências e controle, vai enrijecendo e centralizando as dinâmicas escolares e criando um ambiente quase totalitário. E continuam:

[...] a forma como a plataformação digital tem adentrado o espaço escolar não corresponde a uma perspectiva de democratização das relações escolares, tampouco se apresenta como suporte tecnológico que contribui com melhores condições para a realização do processo educativo e do trabalho docente, ao contrário, tem se configurado como um *accountability* digital.

Para que a tecnologia seja colocada a serviço da gestão escolar e dos processos educativos, é necessário que seu controle seja democratizado, que seu uso e formato sejam debatidos com aqueles diretamente envolvidos [...]. (2025, p. 19-20).

O caráter autoritário das práticas que as plataformas instauram, não é um acaso ou um desvio, mas um elemento estruturante do fenômeno neoliberal e de seus avanços, como é o

caso das plataformas. Freitas (2018) ao estudar o que ele chamou de “reforma empresarial da educação”, durante o que seria uma segunda onda neoliberal no Brasil, no pós-golpe jurídico parlamentar de 2016, chama a atenção sobre esse traço estruturante: “Não levamos a sério o fato do liberalismo econômico retornar como um movimento de resistência mundial às teses progressistas e não ter compromisso com a democracia, mas apenas com a instauração do livre mercado [...]” (FREITAS, 2018, p. 14).

Mais para frente, no mesmo texto, o autor pontua relações abertas dos teóricos neoliberais, como Friedrich Hayek, com a ditadura militar chilena de Pinochet. Entendendo que a plataformização responde e é um evento advindo do neoliberalismo e suas demandas, é a este risco de autoritarismo, traço inerente a esse movimento, que está exposta a educação pública.

Dessa forma, mais do que um projeto de educação, o que está sendo empreendido na esfera da educação paulista é um projeto econômico, político e ideológico, um projeto de classe com viés neoliberal.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, esperamos ter apontado como o processo de plataformização deve ser analisado em uma esfera de totalidade que dialogue com seu contexto econômico, apenas assim, ao não ignorar as raízes desse fenômeno, pode-se evitar de se fazer uma leitura fetichizada das tecnologias e cair em discursos onde elas resolveriam problemas que são estruturais na educação.

Também se espera que a partir dessa visão de totalidade, seja possível desvelar não só características e o perfil mais aprofundado desse fenômeno, mas apontar possíveis tendências futuras, algumas delas já iniciadas, como a privatização parcial da educação pública por meio do controle das plataformas no processo pedagógico e da precarização docente decorrente desse processo.

Por se tratar de um processo recente, ainda cabem mais estudos para compreendê-lo, em especial, como se tem dado a recepção da comunidade escolar para com essa nova conjuntura, de que forma o entendem e de que forma o reproduzem ou resistem.

Como já pontuado, é proposital que haja pouco espaço de reflexão e atuação na escola governada pelas plataformas, mas entende-se que é do movimento dialético das contradições sociais que haja negações para qualquer situação por mais difíceis que sejam suas condições.

Por isso, é de grande importância investigar essas potencialidades e possibilidades para fortalecê-las e estimulá-las.

Levar isso em conta, é colocar a pesquisa científica em prol da sociedade para pensar, em conjunto com a comunidade escolar, manejando o método científico para isso, formas de reelaborar e atualizar a função da escola pública contra o movimento de torná-la mercadoria.

REFERÊNCIAS

ADUSP. Secretário da Educação é ex-diretor e acionista de empresa que tem contratos com o Estado; em livro, Renato Feder já defendeu privatização total dos serviços públicos. **ADUSP**, [S.l.], 09 jan. 2023. Disponível em: <https://adusp.org.br/conjuntura-politica/secretario-da-educacao-e-ex-diretor-e-acionista-de-empresa-que-tem-contratos-com-o-estado-em-livro-renato-feder-ja-defendeu-privatizacao-total-dos-servicos-publicos/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

AUDI, A; ZAMBARDA, P. Escola com partido. Aulas online obrigam milhões de alunos a usar app de empresa obscura que criou TV Bolsonaro. **Intercept Brasil**, [S.l.], 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

CATINI, C. A reforma do ensino médio não será instagramável: incentivo financeiro, trabalho estudantil e financeirização. **Passa Palavra**, [S.l.], 30 mar. 2024. Disponível em: <https://passapalavra.info/2024/03/152302/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

CAVAZZANI, A. L. M.; SANTOS, R. O. dos; LOPES, L. F. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 209-228, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5910>. Acesso em: 03 abr. 2026.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Educação em um cenário de plataforma e de economia de dados: problemas e conceitos**. 2022. Disponível em: <https://cgi.br/publicacao/educacao-em-um-cenario-de-plataformizacao-e-de-economia-de-dados-problemas-e-conceitos/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

DIAS, C. E. S. B.; SILVA, E. R. V. da; JACOMINI, M. A.; ROCHA, A. de J. Pesquisa-ação e gerencialismo de plataforma da rede estadual paulista de educação. **SciELO Preprints**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8882>. Acesso em: 03 abr. 2026.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, 2014, p. 1085-1114. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>. Acesso em: 03 abr. 2026.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARBIN, M. C.; RIBEIRO, P. R. L.; CIPOLI, I. C. S. de O. Plataformização e controle pedagógico: disputas em torno da autonomia docente na rede estadual paulista. **Pro-Posições**, v. 36, 2025, p. e2025c1402BR. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2025-0055BR>. Acesso em: 03 abr. 2026.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. **Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista** [Nota Técnica]. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas; www.gepud.com.br/manifestacoes.html. Acesso em: 03 abr. 2026.

MALDONADO, L. R. S.; JACOMINI, M. A. Da secretaria escolar digital ao business intelligence total: plataformização na rede estadual paulista. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 41, n. 1, 2025, p. e140507. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol41n12025.140507>. Acesso em: 03 abr. 2026.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D. Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020052, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8657754. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657754>. Acesso em: 03 abr. 2026.

NASCIMENTO, G. ‘O terror impera’ Pressão em escolas no governo Tarcísio leva dois professores e um diretor à morte; aluna de 14 anos tenta suicídio duas vezes. **Intercept Brasil**, [S.l.], 08 dez. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/12/08/pressao-escolas-governo-tarcisio/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

NORMANHA, R; ARONI, R. Educação 4.0: reforma do ensino médio e precarização docente na era digital. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 27, maio 2025.

OLIVEIRA, D. A; PEREIRA JUNIOR, E. Desafios para ensinar em tempos de pandemia: as condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A; POCHMANN, M. (org.). **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; CNTE; Geped, 2020. p. 207–228.

PALAHARES, I. Alunos hackeiam plataformas de ensino do governo de SP para cumprir tarefas em segundos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/09/alunos-hackeiam-plataformas-de-ensino-do-governo-de-sp-para-cumprir-tarefas-em-segundos.shtml>. Acesso em: 03 abr. 2026.

PALAHARES, I. Imagens do Provão Paulista vazam nas redes sociais pelo segundo ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 nov. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/11/imagens-do-provao-paulista-vazam-nas-redes-sociais-pelo-segundo-ano.shtml>. Acesso em: 03 abr. 2026.

PEREIRA, C. S; DIAS, C. E. S. B. A PLATAFORMIZAÇÃO DA REDE PAULISTA COMO PROJETO PRIVATISTA. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/92487>. Acesso em: 03 abr. 2026.

SILVA, L. V. Educação para o futuro: o passo a passo para construir uma gestão educacional focada em resultados, de Renato Feder. **Revista Aurora**, v. 17, 2024, p. e024014. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2024.v17.e024014>. Acesso em: 03 abr. 2026.

TOKARNIA, M. Novo Ensino Médio não agrada maioria dos estudantes e professores. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-12/novo-ensino-medio-nao-agrada-estudantes-professores-e-gestores>. Acesso em: 03 abr. 2026.